



A QUESTÃO RACIAL E A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL

BARCELOS, Jonaz Gil

RESUMO: O presente texto busca promover um debate sobre a relação intrínseca que há entre a formação do proletariado e a discriminação racial na sociedade brasileira. Nesse sentido, ao se debater a constituição do trabalhador livre assalariado é necessário que se faça uma discussão acerca da questão racial com ênfase às relações de exploração e de dominação do negro enquanto sujeito pertencente à classe trabalhadora, a qual, por razões históricas e políticas, deverá incluí-lo inevitavelmente em todo e qualquer projeto emancipatório que venha surgir em seus processos de luta.

PALAVRAS-CHAVE: questão racial; exploração; classe trabalhadora; formação social brasileira.

1. INTRODUÇÃO

A intenção deste texto é a de trazer uma pequena contribuição para o debate sobre a intrincada relação que há entre raça e classe na formação do proletariado brasileiro. Para tanto, tratarei de abordar alguns aspectos concernentes a figura do negro como escravo e, posteriormente, como trabalhador livre assalariado. Além disso, buscarei apresentar alguns apontamentos que considero necessários para o entendimento de classe, entendendo que para essa discussão a questão da discriminação racial torna-se imprescindível em seu desenvolvimento, caso não queiramos cair em equívocos no que diz respeito ao estudo da sociedade de classes no Brasil.

Assim, espero que o presente texto consiga contribuir para o debate sobre esta realidade, mesmo que em seu intento não haja grandes aprofundamentos, e sim, breves indicações.

2. A QUESTÃO RACIAL QUE PRECEDE A FORMAÇÃO DA CLASSE DE TRABALHADORES ASSALARIADOS NO BRASIL

Não é possível falarmos da discriminação racial em nosso país sem mencionarmos a existência do regime escravocrata de exploração que durou mais de trezentos anos e que deixou marcas indeléveis, forjando um sistema de discriminação racial tenazmente vigoroso em nossa sociedade. Utilizando-se tanto de argumentos de base religiosa, como a “maldição



de Cam¹ - que para muitos trazia na cor da sua pele negra a marca que justificava a escravização dos povos oriundos da África –, quanto de argumentos de cunho pseudocientífico – que afirmavam ser o negro um indivíduo biologicamente inferior –, os negros se viram relegados a uma posição de subalternidade, tornando-se escravos num primeiro momento e, posteriormente, em um sujeito passível das maiores discriminações em território nacional².

O certo é que por razões econômicas, uma parte significativa dos povos originários da América e do continente africano foi escravizada, fazendo dessas pessoas um bem lucrativo e rentável em termos de produção. Tanto que o tráfico negreiro e o modo de produção escravista aqui imposto se tornaram em pouco tempo uma grande empreitada para os comerciantes de escravos e para os detentores de terras que se dedicavam ao processo produção nas colônias. Isso fez com que no Brasil, por exemplo, a presença dos negros nas fazendas, cidades e casas fosse uma constante, já que inúmeras tarefas e atividades produtivas foram delegadas a eles como algo “natural” a ser feito. Assim, a naturalização das desigualdades entre sujeitos brancos – que mandam – e sujeitos negros – que obedecem e trabalham – foi se enraizando e se espraiando de tal forma que a imagem do negro associada ao trabalho se tornou tão forte que mesmo quando um branco pobre se via compelido a trabalhar, a impressão que se tinha era a de que ele havia se rebaixado em sua condição de ser humano.³ Isso, pelo menos, até meados do século XIX, quando ainda não havia ocorrido o interdito do tráfico dos africanos escravizados.

Já a partir de 1850, com a cessação do comércio negreiro no Atlântico Sul, a dinâmica e o quadro social começam a se alterar, o que implica numa mudança no trato com os trabalhadores escravizados, que passam a ser mais valorizados no mercado interno como e enquanto mercadorias, e na conduta de seus senhores com relação a sua exploração. Isso porque, cessada a vinda de novas forças de trabalho do continente africano, a reposição das mesmas passou a ser uma função que deveria ocorrer internamente, seja pela dinâmica do mercado interno ou pela adoção de práticas que favorecessem a reprodução social dos cativos. O certo é que em meio a essa dinâmica a imagem que se tinha do trabalho – enquanto atividade braçal de caráter depreciativo –

¹ Para melhor esclarecimento, ver: PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier. **A história da escravidão**. São Paulo: Boitempo, 2009.

² Para um debate mais aprofundado, ver: MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois/Anita Garibaldi, 2014.

³ As relações de produção que haviam se constituído no modo de produção escravista colonial traziam consigo a idéia de que para ser senhor era necessário ser proprietário de escravos, já que era função destes trabalhar para aqueles. Daí um dos contrapontos que existia entre ser cativo e ser livre naquela época. Algo que era tão forte e marcante que até mesmo ex-escravos libertos poderiam se tornar – como de fato se tornavam – proprietários de escravos. Pois, naquela sociedade, ser livre era ser livre até das amarras do trabalho. Ver: GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2016.



passa a sofrer uma espécie de reconfiguração, deixando para trás a sua negatividade para assumir então uma posição de positividade, ainda que aparente e parcial. Daí a importância de se elaborar uma visão do trabalho como sendo algo dignificante e de grande estima para a formação do indivíduo, numa tentativa de se superar aquele estigma de ser algo vinculado ao sujeito que se encontrava escravizado.⁴

Isso porque, com as mudanças que ocorreram mediante a supressão do comércio externo de escravos, a entrada de imigrantes oriundos dos países europeus e asiáticos passou a ser uma alternativa para o remanejamento e para a reposição da força de trabalho empregada, tanto no campo quanto na cidade. E sendo uma força de trabalho branca, de traços étnicos e culturais semelhantes aos dos colonizadores/proprietários dos meios de produção, a imagem que se busca construir social e idealmente como e enquanto nação passa a ser outra, que não condiga com o que de fato ela é, e, sim, com aquilo que se almeja parecer. O que levou a necessidade de se restabelecer uma discussão em torno do caráter da escravidão, dos impactos da miscigenação e da construção de uma suposta democracia racial à brasileira.

Neste quesito, a importação das instituições e dos valores morais concernentes ao mundo ocidental, ou melhor, pertencentes aos países capitalistas hegemônicos, é um dos elementos desse momento histórico em que começa a se constituir um Estado nacional. Todavia, partindo de uma ordem social baseada na espoliação e na exploração de nativos e de africanos escravizados, a ideia de que no Brasil se forjaram relações democráticas entre os seus habitantes tornava-se insustentável. Ainda mais quando se tem um processo de independência nacional em que as estruturas e as relações sociais herdadas do período colonial permaneceram praticamente intactas, cobrindo um período que vai pelo menos desde 1822 até 1888, principalmente, no que diz respeito à manutenção e reprodução das formas de exploração do trabalho alheio pelas classes dominantes⁵. Ademais, a própria configuração da população nacional com a inserção de negros oriundos dos países do continente africano não ocorreu de livre e espontânea vontade, assim como, a sua

⁴ É importante ressaltar que a construção de uma ética do trabalho que buscasse suplantar o caráter depreciativo das atividades manuais se deu com maior intensidade após a abolição da escravatura, quando o fluxo de emprego da força de trabalho na produção passou a ser mediado pelas relações contratuais de assalariamento. Para um melhor entendimento, ver: CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

⁵ Sobre as permanências no período que se abre com a emancipação política do Brasil, diria Florestan Fernandes: "O regime capitalista lança, aqui, suas raízes no passado colonial, na produção escravista e no apogeu que esta alcançou *depois da Independência*. A escravidão atingiu o seu ponto alto, como fator de acumulação interna de capital, não antes, mas depois que se constituiu um Estado nacional. Isso pode parecer um paradoxo. Mas não é. As estruturas coloniais de organização da economia, da sociedade e do poder só conheceram sua plenitude quando os senhores de escravo organizaram sua própria forma de hegemonia. O trabalho escravo passou a gerar um excedente econômico que não ia mais para fora na mesma proporção que anteriormente e sobre ele se alicerçou a primeira expansão do capital comercial dentro do país" (FERNANDES, 2017, p. 37-38).



permanência e reprodução social não se deram sem violência, exploração, opressão e traumas de todos os tipos para essa parte significativa da sociedade.⁶

No Brasil, as instituições que se formaram como “cópia” de uma república democrática – o que de fato não existia nem na Europa e tampouco na América Latina – se apresentavam mais como uma espécie de embuste do que algo real e efetivamente existente no país. Até porque a prática do arbítrio, da exploração extremada e da violação sistemática da dignidade humana era uma constante no mundo das classes dominantes, o que invalidava *a priori* os próprios ideais inerentes ao modelo clássico da revolução burguesa que se almejava transplantar e/ou recriar por aqui. Daí a impossibilidade de se constituir um Estado que conseguisse incluir o negro como um sujeito portador de direitos, fazendo dele um cidadão inserido nos trâmites legais e institucionais pertencentes à sociedade civil. Assim, o negro passa a participar das incipientes relações de classes em descompasso com as já seculares relações raciais. Ou seja, para que a sua inserção no mercado de trabalho assalariado ocorresse de forma regular, seria necessário antes que houvesse a supressão das discriminações e opressões sócio-raciais das quais ele é uma vítima permanente. O que de fato não aconteceu!

Como o processo de descolonização no Brasil não fora até o fim e até o fundo⁷ – possibilitando assim a reciclagem das relações de espoliação e de exploração que se fundaram na apropriação da pessoa e do produto de seu trabalho –, as classes dominantes que aqui se forjaram lograram manter o caráter desumano no seu trato com as classes subalternas, fazendo do Estado um instrumento privilegiado para a manutenção de suas prerrogativas e para a reprodução ampliada de suas riquezas. Assim, o prestígio social, político, econômico e cultural que as classes dominantes alcançam internamente na constituição da sociedade civil brasileira são diametralmente opostos ao desprestígio, vilipêndio e aviltamento aos quais estão submetidos a maioria dos indivíduos que integram as classes trabalhadoras. Como diria Octavio Ianni:

À medida que se formava e desenvolvia o Estado nacional, organizava-se o aparelho estatal de modo a garantir o regime de trabalho escravo. Depois, à medida que o regime de trabalho escravo foi sendo substituído pelo trabalho livre, os grupos e as camadas dominantes reorganizaram o aparelho estatal de modo a garantir o predomínio dos seus interesses, em detrimento de trabalhadores rurais e urbanos, negros, índios, imigrantes. Os governantes

⁶ É importante assinalar que também houve resistência da parte dos negros escravizados, que por meio de sua rebeldia colocou-se como um sujeito na luta, seja através das fugas, das formações de quilombos, dos assassinatos, dos suicídios, dos infanticídios, e de tantas outras formas de insubordinação que tanto traziam prejuízos aos seus proprietários quanto alentavam os negros em sua busca pela libertação.

⁷ Para um melhor entendimento sobre o problema da descolonização, ver o texto de Florestan Fernandes: Reflexões sobre as “Revoluções Interrompidas” (uma rota de perspectiva). In: FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.



reagem negativamente às reivindicações populares. “Na lei e no debate parlamentar sempre se distinguiu revolução, feita por gente igual, e rebeldia, sedição e insurreição, feitas por gente menor socialmente ou por escravos”. Daí a brutalidade da repressão (IANNI, 1984, p. 13).

Assim vão se moldando as práticas coercitivas e repressivas de cima para baixo, visando perpetuar as desigualdades sociais e raciais. Tanto que no processo de assalariamento da força de trabalho, pós-abolição, a inserção do negro no mercado formal de trabalho foi seriamente dificultada pelos mecanismos excludentes que já operavam por intermédio da discriminação racial. Afinal, como explicar num contexto de expansão da produção rural a exclusão da força de trabalho negra, ou melhor, a sua substituição pelos imigrantes de origem européia, quando eram eles, os negros, que exerciam essas atividades de forma secular e, portanto, já traziam consigo um vasto acúmulo de conhecimentos e de práticas laborais. Ou então, como explicar o fato de que nas cidades os negros raramente eram aceitos nas fábricas e manufaturas, quando a industrialização ainda era incipiente e o processo de trabalho apresentava uma baixa complexidade laboral, possibilitando, inclusive, o emprego de crianças na produção, senão pela existência de práticas segregacionistas que colocavam o negro no patamar mais baixo da escala social, fazendo deles uma força de trabalho reserva de outra força de trabalho, que era a de imigrantes brancos e pobres que compunham o exército industrial tanto da ativa quanto da reserva⁸.

Além dos determinantes econômicos, há outros elementos do espectro cultural que também se vinculam a esta realidade segregacionista e que merecem ser destacados. A ideia, por exemplo, de se construir a imagem de uma nação, pós-abolição, passa-se por criar uma narrativa histórica em que os negros são apresentados como indivíduos passíveis e indolentes, e, portanto, responsáveis pela sua própria condição de pobreza e de exclusão do mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que se pretende fazer acreditar que a escravidão brasileira não fora tão cruel para com os negros, uma vez que a índole cristã e o processo de miscigenação teriam contribuído para a confecção de uma realidade social “mais democrática”. Todavia, o que se tem em termos de realidade é justamente o contrário. A própria submissão do negro, que foi retirado de seu território e escravizado compulsoriamente num ambiente que lhe era hostil, já denota um ato de violência brutal contra a sua pessoa. Ademais, passados séculos de escravidão, a imagem que se projetou do negro como um indivíduo pertencente a uma raça inferior e de compor um segmento social de gente degenerada fora tão forte e tão marcante que até hoje ela segue pululando

⁸ Para um melhor entendimento e aprofundamento, ver: GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2016.



no ideário reacionário e preconceituoso das classes dominantes⁹.

O mito da democracia racial, que tenta encobrir a história de como se formaram e se consolidaram as práticas e as ideias que deram sustentação a discriminação racial, não consegue esconder a realidade de um país que tem no patrimonialismo, no mandonismo, na intolerância e na desigualdade social elementos concretos que se evidenciam no dia-a-dia da classe trabalhadora e da população periférica, sobretudo do segmento negro. Assim, num país em que a *coisa pública* se confunde com os interesses privados de quem detém o poder econômico, social e político; num país no qual o conceito de cidadania que se aplica não é efetivo para todos; num país em que o sentimento de pertencimento a uma nação não consegue se equiparar a promoção de condições e oportunidades por igual para todos; num país em que os índices de criminalidade, violência e mortalidade apontam para uma avassaladora disparidade social e racial; não há como acreditar que o Brasil conseguiu suplantar o seu legado colonial eliminando o racismo que se apresenta de forma estrutural em nossa nação.¹⁰ Pois, como diria Lilia Schwarcz, “essas são histórias ‘persistentes’, que não terminam com a mera troca de regimes; elas ficam encravadas nas práticas, costumes e crenças sociais, produzindo novas formas de racismo e de estratificação”. (SCHWARCZ, 2019, p 32). O Brasil é o país em que o negro ainda luta pela sua verdadeira liberação.

3. APONTAMENTOS SOBRE A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL

Considerando o processo de discriminação racial exposto acima, passaremos agora a tratar um pouco de como os trabalhadores foram se constituindo como polo dinâmico das lutas de classes dentro de um contexto em que as especificidades histórico-culturais têm um peso fundamental, tanto no que diz respeito a sua conformação política quanto a sua movimentação como e enquanto classe social.

Para tanto, é preciso destacar que a relevância de alguns aspectos inerentes às diferenças étnico-raciais, de nacionalidades e de inserção na organização econômico-social

⁹ “Após o 13 de Maio, outros mecanismos de bargame e hierarquização étnica foram acionados e dinamizados”. [...] Isto levou a que o cidadão negro – o ex-escravo – não encontrasse oportunidade no mercado de trabalho, na interação social global, tendo um espaço social no qual lhe permitiam uma circulação restrita de tal forma que sua personalidade, sem conseguir criar mecanismos de defesa contra tal situação, se deformou pela ansiedade cotidiana que dele se apoderou desde quando saiu da casa e especialmente quando reivindicou cargos ou funções que a ele, por práticas sub-reptícias e não mais visíveis, não foram permitidos socialmente. Com o princípio de que *todos são iguais perante a Lei*, os mecanismos de bargame étnica se refinaram, sofisticaram-se e ficaram invisíveis, tem-se a impressão de que o seu achatamento social, econômico e cultural é uma decorrência das suas próprias insuficiências individuais ou grupais” (MOURA, 2014, p. 210-211).

¹⁰ Para melhores esclarecimentos, ver: SCHWARCZ, Lilia M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.



entre os trabalhadores é de fundamental importância para qualquer abordagem e interpretação de sua realidade, quando não se quer tratar das classes sociais em termos meramente abstratos. Por isso, torna-se impossível tratarmos da conformação dos trabalhadores como sujeitos pertencentes a uma classe sem mencionar as clivagens que existem e são constantemente fomentadas em seu seio, seja como forma de fragmentação ou como recurso para a desorientação política dos mesmos. Exemplo disso é histórica discriminação racial, que persiste no conjunto daqueles que precisam vender a sua força de trabalho para sobreviver.¹¹

No entanto, é evidente que tais fissuras na classe trabalhadora não a impedem de se apresentar em cena quando movida pelos seus anseios e interesses. O que significa dizer que mesmo que haja diferenças, divergências e conflitos entre os seus segmentos e grupos sociais, os trabalhadores em seu conjunto formam uma coletividade, que amparada em suas necessidades e comprimida pelas condições em que se encontram, tendem a se mobilizar e atuar de forma organizada. Isso porque a fragmentação da classe em indivíduos é tão real quanto o compartilhamento de situações e experiências entre eles, o que faz com que cada um se reconheça no outro, seja como um trabalhador explorado ou como um sujeito submetido a determinadas formas de opressão.

O certo é que a forma como eles se inserem no mercado de trabalho e, portanto, na estrutura organizacional da produção faz com que vivenciem e compartilhem de situações que lhes são comuns, na condição de vendedores da força de trabalho a ser explorada por uma classe que ocupa uma posição antagônica na sociedade. Assim, objetivamente falando, os trabalhadores formam uma classe social. Todavia, a forma como eles vão apreender, sistematizar e interpretar essas *experiências*, isto é, a maneira como será processada e compartilhada entre eles, no campo das ideias, já é uma questão essencialmente subjetiva. Por isso, o fato de indivíduos vivenciarem a exploração ou de sentirem na pele a opressão não faz deles – por si só – uma classe social, no sentido de ser um sujeito coletivo portador de um projeto que visa promover alterações em suas condições materiais e espirituais. É necessário mais do que isso para que a classe se faça como classe.¹²

¹¹ ¹¹ Um estudo interessante que aponta para a existência de diferenças e de conflitos entre os trabalhadores, no momento em que se consolidava o regime de trabalho livre assalariado no Brasil, pode ser encontrado na obra supracitada de Sidney Chalhoub.

¹² Thompson chama a atenção para esse fenômeno ao afirmar o seguinte: “Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno *histórico*. Não vejo a classe como uma ‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas”. Nesse sentido: “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de



Nesse sentido, a concepção marxiana¹³ sobre o processo de constituição da classe enquanto tal é extremamente válida para o entendimento da fluidez do pensamento e do movimento objetivo da realidade, que operam ao mesmo tempo, mas nem sempre na mesma sintonia. Isso quer dizer que a consciência de classe necessária para que esta venha a atuar politicamente contra as classes dominantes é um *constructo social*, e não mero epifenômeno de suas condições objetivas enquanto indivíduos subjugados e explorados pelo capital. Daí a demanda pela compreensão histórica da nossa formação social, que traz consigo um legado de autoritarismo e de brutalidade nas suas formas de dominação estamental e de classe. Realidade que condicionou de maneira correlata uma formação truncada da classe trabalhadora, que teve desde muito cedo de lidar com a existência de um tratamento desigual – entre brancos e negros – que se consolidou por meio da escravidão.

Com isso, queremos afirmar que as especificidades da formação do proletariado brasileiro, o que inclui a discriminação racial que se faz perene, é um objeto que precisa ser estudado e debatido constantemente. Até porque, no processo de construção de identidades próprias – seja através do movimento operário, popular ou negro, por exemplo – os elementos objetivos que incidirão sobre a elaboração de seus pensamentos serão praticamente comuns a todos eles, tendo em vista a sua condição de classe. Todavia, a absorção e decodificação dessa realidade, mediante suas experiências, poderão apresentar significativas diferenças. O que, bem entendido, poderá resultar tanto numa dramática fratura quanto num importante processo de enriquecimento político-cultural da classe.

classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma *lógica* nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma *lei*. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma” (THOMPSON, 2011, p. 09-10).

¹³ Entendendo que aqui não é nem o momento e nem o espaço mais adequado para desenvolver essa questão, limitar-me-ei a fazer apenas algumas indicações referentes à concepção de Marx sobre classe, que em minha leitura se apresenta como algo essencialmente dinâmico e relacional, senão vejamos: “[...] os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta comum contra uma outra classe; de resto, eles mesmos se posicionam uns contra os outros, como inimigos, na concorrência. Por outro lado, a classe se autonomiza, por sua vez, em face dos indivíduos, de modo que estes encontram suas condições de vida predestinadas e recebem já pronta da classe a sua posição na vida e, com isso, seu desenvolvimento pessoal; são subsumidos a ela” (MARX e ENGELS, 2007, p. 63); “Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas formam uma classe. Mas, na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parceleiros, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma” (MARX, 2011, p. 142-143); “As condições econômicas primeiro transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Assim, essa massa já é uma classe em relação ao capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta, da qual assinalamos apenas algumas fases, essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política” (MARX, 2017, 145).



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para se discutir a questão racial no Brasil é necessário recuperar o processo histórico de inserção do negro como força de trabalho cativa e explorada, bem como a sua discriminação como pessoa humana, num primeiro momento, e como cidadão no período que se inaugura com a abolição. Tanto que, ao se forjarem relações de produção especificamente capitalistas no território nacional, o negro se viu de imediato excluído dos espaços típicos das esferas de produção e de circulação inerentes ao processo de acumulação de capital. O que, por consequência política, fez dele um sujeito preterido pelo Estado justamente no momento em que este começava a tratar institucionalmente das relações entre capital e trabalho a partir da Primeira República.

No entanto, mesmo que o tratamento despendido para com a força de trabalho negra não tenha sido fundamentalmente igual ao proceder com a força de trabalho branca nas relações de mercado e institucionais, é certo que ambas eram exploradas pelo capital.

Assim, a submissão dos trabalhadores em seu conjunto à lógica de acumulação do capital fez deles membros de uma mesma classe, a despeito do fato de que a opressão da qual são vítimas seja sensivelmente distinta. Portanto, ao nos debruçarmos sobre as condições de vida e de trabalho do proletariado brasileiro, pelo menos no que se refere à formação social capitalista em seu início, não é possível que deixemos de lado as especificidades que estão relacionadas ao papel do negro neste cenário histórico.

Contextualizar, ainda que minimamente, a questão da discriminação racial que se inicia no período colonial e se metamorfoseia por dentro do capitalismo é algo extremamente importante, porque possibilita a desmistificação da realidade ao passo que aponta para a necessidade de se conceber essa questão como elemento intrínseco às formas de exploração de classe que aqui se consolidaram. Pois, se de fato não houve nenhuma espécie de “democracia racial” no Brasil, tampouco houve um entendimento por parte das classes dominantes de que o negro não fosse um trabalhador, ainda que a depreciação de sua força de trabalho fizesse parte da ideologia dominante. Com isso, é preciso ter ciência de que, toda e qualquer formulação político-estratégica oriunda da classe trabalhadora, seja para orientar a sua ação visando minorar a sua situação de exploração ou para impulsionar uma atuação subversiva ou revolucionária, a especificidade do negro como uma força de trabalho subalternizada e depreciada pelo capital é uma realidade visível e persistente.

Por fim, cabe enfatizar que numa sociedade dividida por classes, cujos interesses são antagônicos, a luta pela superação da discriminação racial passa pela supressão das classes e das relações que lhes dão sustentação. Ou seja, é necessário que haja uma fusão



de “raça” e “classe” na construção de projetos sociais alternativos à ordem do capital¹⁴. O que não significa dizer que o racismo irá desaparecer tão logo seja realizada uma transformação social, e sim, que nenhuma luta que almeja promover mudanças substanciais nas relações sociais possa prescindir dessa complexa junção. A luta contra a ordem do capital tem mais de uma função!

5. REFERÊNCIAS

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque***. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2017.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2016.

IANNI, Octavio. **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1984.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011. MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois/Anita Garibaldi, 2014.

PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier. **A história da escravidão**. São Paulo: Boitempo, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa, v.1: a árvore da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

¹⁴ Para melhor aprofundamento desse debate, ver: FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2017.